



Utilize o QrCode ou clique
para acessar nosso portal



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO N.º
5030706-18.2020.8.21.0001

69º Relatório Mensal de Atividades

Competência: dezembro/2022
Apresentado em abril/2023





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
 1. Cronograma processual
 2. Acompanhamento processual
2. RESUMO
 1. Resultados
 2. Quadro de colaboradores
 3. Fluxo de caixa
 4. Endividamento concursal
 5. Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial
 6. Pendências e esclarecimentos
 7. Acompanhamento do Administrador Judicial
3. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS
 1. Balanço Patrimonial
 2. Demonstrativo de Resultados
 3. Fluxo de Caixa
 4. Análise do Desempenho
4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL
 1. Dívida tributária
 2. Bancos credores não sujeitos à RJ
5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 1. Proposta de pagamento
 2. Prestação de contas

O pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em 10.11.2015, tendo seu processamento deferido em 19.11.2015.

Acerca da tramitação processual, importante destacar que o Juízo fixou como marco temporal inicial para cumprimento do Plano e Recuperação Judicial a data de 06.11.2017, dia em que publicadas as decisões que julgaram os recursos interpostos, contra a decisão de concessão da Recuperação Judicial.

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA.

Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda.

As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial, principalmente, as contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda.

A Recuperanda vem cumprindo suas obrigações processuais, com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). O prazo para envio das demonstrações contábeis e demais documentos requeridos à CBG é o dia 15 do mês subsequente. Esta Administração Judicial recebeu os documentos de dezembro/2022, com atraso, em 03/03/2023. Os questionamentos enviados em 14/03/2023, foram respondidos em 15/03/2023. Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do

presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

1. ASPECTOS JURÍDICOS – CRONOGRAMA PROCESSUAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05
10.11.2015	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		29.05.2016	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
19.11.2015	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º	19.08.2016	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 56, § 1º
25.11.2015	Publicação do deferimento no D.O.		13.10.2016	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
19.01.2016	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º	19.05.2016	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
03.02.2016	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º	03.03.2017	Homologação do PRJ	
01.03.2016	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53	06.11.2017	Marco temporal fixado pelo juízo, para fins de cumprimento do plano	
19.05.2016	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único	06.11.2019	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ de 2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61
18.06.2016	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único	31.01.2023	Aguarda-se cumprimento das obrigações previstas no plano para encerramento do processo.	
19.05.2016	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º			

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.

Eventos ocorridos
 Data estimada

1. ASPECTOS JURÍDICOS – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

- A decisão do evento 276, proferida em 11.12.2020, concedeu prazo de 15 (quinze) dias à Recuperanda para comprovação do adimplemento integral da classe preferencial líquida inferior a R\$ 70.000,00 e das classes quirografária e ME/EPP referente aos créditos inferiores a R\$ 10.000,00. Recebeu mesmo prazo para apresentar o plano de loteamento do imóvel de matrícula n.º 5.862, a ser destinado aos créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, e indicar a solução a ser dada às rubricas de FGTS devidas à categoria. A decisão também deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. A empresa demonstrou à Administração Judicial a quitação de parte dos créditos determinados, sendo que maiores informações sobre o cumprimento do PRJ poderão ser apreciadas no item "Prestação de Contas" neste relatório.
- Sobre os créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, a Recuperanda se manifestou no evento 299, em 27.01.2021, indicando estar na fase de expedição da licença ambiental. Para tanto, postulou a dispensa da apresentação de determinadas certidões negativas exigidas pelo Registro de Imóveis para individualização dos lotes, o que foi deferido pelo Juízo o evento 306. A mesma situação apresentou quanto ao loteamento do imóvel de matrícula n.º 2.216, destinado ao pagamento dos credores com garantia real e credores aderentes. Recentemente, no evento 340, informou que o processo de individualização das matrículas está em andamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Portão/RS.
- Na decisão do evento 306, além de deferir a dispensa de apresentação das certidões negativas, o Juízo nomeou o Leiloeiro José Santayana para promover a alienação das UPIs, conforme PRJ. O profissional apresentou o edital de leilão no evento 345, estando no aguardo da homologação das datas pelo Juízo e posterior publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
- Acerca dos débitos de FGTS, a Recuperanda se manifestou recentemente no evento 327, indicando ter solicitado adesão ao Programa de Parcelamento MP 899/2019 e Portaria 11.956/2019, estando finalmente habilitada a proceder com o parcelamento das verbas. Informa estar diligenciando junto à PGFN/CEF para efetivação das parcelas.
- Já no evento 326, a empresa reiterou pedido de baixa de constrições judiciais, bloqueios da Fazenda Nacional e alienação de veículos. Sobre as constrições judiciais e bloqueios da Fazenda Nacional, a Administração Judicial apresentou manifestação no evento 342, não se opondo ao pedido. Já sobre o pedido de alienação de bens, postulou maiores esclarecimentos da Recuperanda sobre quais são os bens pretendidos e sua situação atual. A empresa apresentou documentação pertinente ao patrimônio a ser alienado diretamente à Administração Judicial, que se manifestou favoravelmente ao pedido. Não houve deliberação sobre o ponto, nem reiteração do pedido pela Recuperanda.
- Foram realizadas as três chamadas de leilão das UPIs, conforme previsto no PRJ, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI "B" e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI "D". O Juízo acatou a manifestação da Administração Judicial, de modo que, em 29.11.2021, no evento 583, homologou a arrematação da UPI "B" e não homologou a proposta de arrematação da UPI "D". Certificada a ausência de impugnações, o Leiloeiro indicou novas datas para leilão, já acolhidas pelo Juízo: 27.07.2022, 10.08.2022 e 24.08.2022. A UPI remanescente foi alienada na segunda chamada do leilão, em 10.08.2022.
- Na manifestação do evento 836, a Administração Judicial postulou a intimação da Recuperanda, para falar, dentre outros pontos, sobre a regularização dos créditos fiscais estaduais, o parcelamento solicitado junto à CEF quanto às rubricas de FGTS e sobre o andamento das ações objeto do PRJ. A empresa foi intimada e respondeu parcialmente no evento 897, informando que está em contato com a PGE/RS para parcelamento dos débitos fiscais e que está em andamento a solicitação e parcelamento do FGTS junto à PGFN. O andamento das ações objeto do PRJ não foi respondido pela Recuperanda.
- No evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias teve início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS, e no evento 1209 a Recuperanda apresentou o relatório de conclusão do loteamento. No evento 1249 credores trabalhistas apresentaram impugnação à conclusão, acostando laudo e documentos que demonstram estar inacabado o empreendimento. Tais documentos levaram à decisão liminar no agravo de instrumento nº 5222410-07.2022.8.21.7000, desobrigando os credores a receberem os lotes como dação em pagamento. A Recuperanda se manifestou sobre o laudo no evento 1318, sendo necessário aguardar, de todo modo, o resultado do agravo de instrumento interposto.



1. ASPECTOS JURÍDICOS – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

HISTÓRICO PROCESSUAL

O processo de recuperação judicial foi convertido em processo eletrônico, atualmente tramitando no sistema e-Proc através do nº. Esta Administração esclarece que o incidente de nº 5018969-18.2020.8.21.0001 trata exclusivamente da dispensa de certidões fiscais para certames públicos. Já os relatórios mensais de atividades podem ser acompanhados através do incidente de nº 5024490-41.2020.8.21.0001, ou ainda, através do site da Administração em www.administradorjudicial.adv.br.

➤ CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

Reiteradamente a Administração Judicial vem postulando por esclarecimentos quanto ao cumprimento do plano, principalmente acerca da regularização do passivo trabalhista líquido em atraso e sobre como a Recuperanda pretende solucionar o depósito das verbas de FGTS.

- **Cessões DNIT:** Importante destacar aos credores que serão pagos por meio de cessão de créditos oriundos de processo judicial movido contra o DNIT, conforme previsto do PRJ aprovado, que a ação tramita na 21ª Vara Cível de Brasília – DF e pode ser consultado através do nº 1006786-67.2017.4.01.3400.
- **Dação em pagamento de lotes:** Noticiado pela Recuperanda, em 25.06.2020, que aguarda anuência da Metroplan acerca do plano de loteamento do imóvel em Portão/RS, com a estimativa de 60 dias para encaminhamento da individualização dos lotes do Registro de Imóveis de Portão/RS. A Recuperanda noticiou na data de 04.08.2021, nos eventos 488 e 489, complementado por outros eventos, o início do “procedimento de quitação” dos credores trabalhistas com créditos superiores a R\$ 70.000,00, mediante cessão dos lotes do Loteamento do Rincão do Cascalho, localizado em Portão/RS. Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias terá início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS.
- **Fundo para pagamento futuro das verbas trabalhistas ilíquidas:** foi constituído por determinação judicial no valor de R\$ 1.692.000,00, correspondente a 20% do total do valor resultante da anterior alienação de UPI, o qual, nos termos da decisão, *deve ser utilizado exclusivamente para os pagamentos dos créditos ilíquidos até R\$ 70.000,00, na forma que constou no plano*. A comprovação da complementação do fundo ocorreu à fl. 9242 do processo físico.
- **Novas alienações de UPIs:** a decisão do evento 276 deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI “D” pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI “B” por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI “B” e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI “D”, tendo seguido esses termos o Juízo. A UPI “C” foi arrematada em 10.08.2022, estando no aguardo da manifestação da Recuperanda e posterior homologação.
- **Alienação de direito creditório:** em 22/9/2020, a empresa postulou autorização do Juízo para alienação de direito creditório oriundo da execução de sentença n.º 0004314-12.2010.4.01.3900, em trâmite na 5ª Vara da Justiça Federal de Belém do Pará. A Administração Judicial concordou com o pedido, postulando o depósito da verba auferida em conta exclusiva, conforme pedido da empresa. O pedido foi autorizado pelo Juízo, porém a Recuperanda noticiou a desistência do investidor, pelo que buscou empréstimos emergenciais e está dando cumprimento aos pagamentos desde 23/11/2020.
- **FGTS:** a Recuperanda informou estar em processo de adesão ao programa de parcelamento das verbas de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo da análise da solicitação e dos documentos complementares apresentados. Recentemente, no evento 457, referiu que as rubricas de FGTS dos créditos superiores a R\$ 70.000,00 serão pagas por meio dos lotes do imóvel em Portão/RS. Recentemente, a empresa foi intimada para informar sobre o andamento da solicitação, e indicou que está em andamento a solicitação de parcelamento junto à PGNF.

- Maiores informações acerca do cumprimento do plano de recuperação podem ser apreciadas neste relatório no item ‘Prestação de Contas’.



1. ASPECTOS JURÍDICOS – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

➤ RECURSOS CONTRA DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

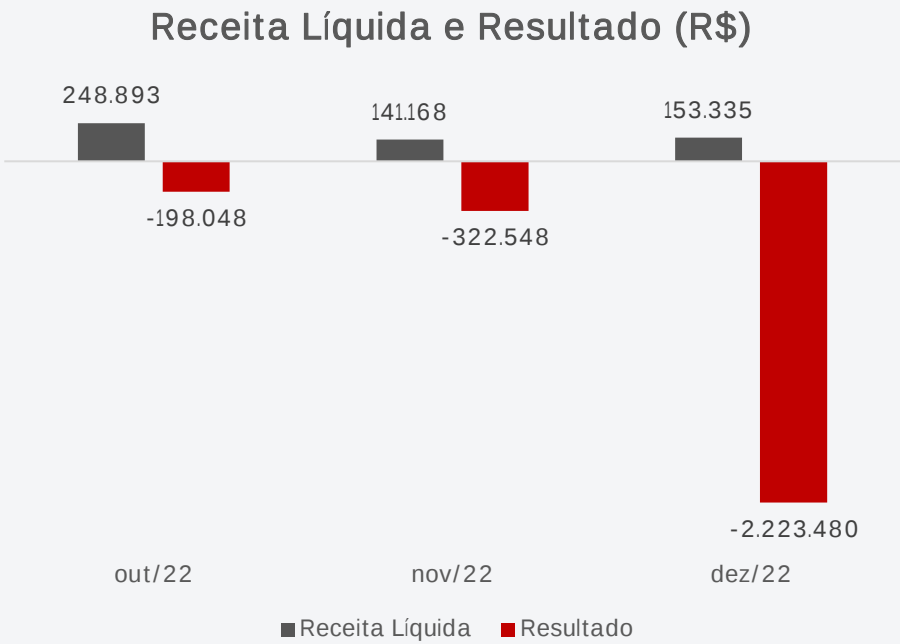
- Houve o trânsito em julgado do acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento de nº 70080729114, promovido pela Plata Securitizadora S/A, em que apresentada irresignação contra a decisão que homologou o plano apresentado e concedeu a Recuperação Judicial.
- Os recursos movidos pelo Banco do Brasil S/A em face da homologação do plano de recuperação judicial aprovado tiveram o seguinte deslinde: agravo de instrumento de nº 70073250235 não provido; recurso especial nº 70076374115 não admitido; agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS não conhecido; e agravo interno no agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS desprovido.
- O agravo de instrumento de nº 70073235962, interposto por Banco Caterpillar S/A, igualmente contra a homologação do plano de recuperação, foi improvido ainda em 2018 com trânsito em julgado no mesmo ano.
- Não diferem os resultados obtidos pelo Banco Bradesco S/A nos recursos aviados contra a homologação do plano: agravo de instrumento de nº 70073470510 negado provimento; embargos de declaração não acolhidos, recurso especial não admitido, e agravo em recurso especial de nº 70077898096 não conhecido pela intempestividade, já com trânsito em julgado.

medeiros²



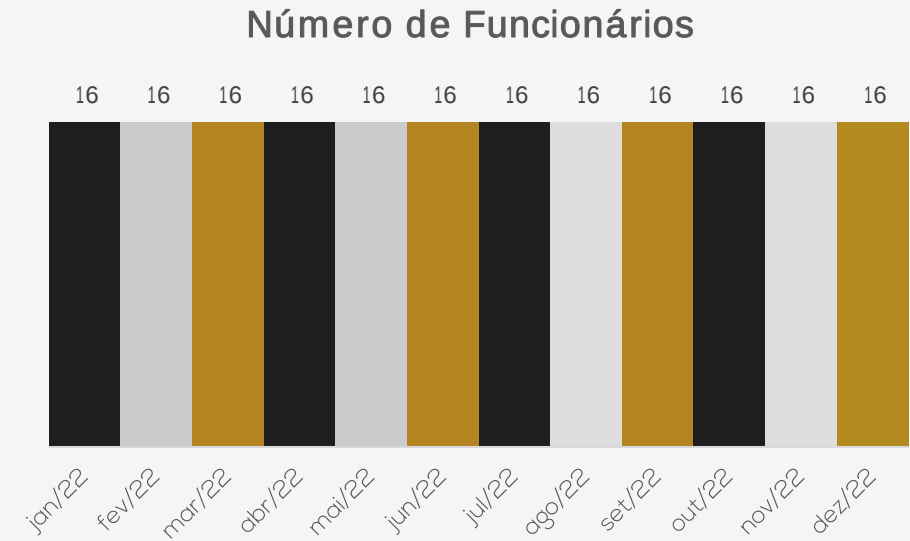
2. RESUMO - CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RESULTADOS



Em dezembro/2022, a receita líquida totalizou R\$ 153,3 mil, ou seja, um acréscimo de 9%, devido ao aumento de venda de pedra britada (R\$ 33,9 mil). Além disso, houve receita com a locação de equipamentos para a Planaterra (R\$ 130 mil). O prejuízo do mês foi de R\$ 2.223.480,24, motivado, principalmente, pela depreciação anual que foi reconhecida em dezembro. O ano de 2022, acumulou resultados negativos de R\$ 5.721.883,39. Ainda, há um pedido de correção monetária dos reajustes que foram pagos com atraso, no valor aproximado de R\$ 1 milhão, pertinente à AGESUL. Conforme relatado pela Recuperanda, o assunto estaria tramitando no jurídico da AGESUL, pois se posicionaram contra ao pagamento da correção, previsto em contrato. No entanto, diante da falta de solução, a CBG vai cobrar de forma judicial. No mês de dezembro/2022, a CBG apresentou nova cobrança com atualização de valores, esclarecendo o pedido com base no contrato assinado. A cobrança ainda não foi judicializada.

QUADRO DE COLABORADORES



Em dezembro/2022, não houve admissões ou demissões, finalizando o período com 16 colaboradores. Destes, 01 é funcionário ativo e 15 estão afastados. O funcionário ativo desempenha a função de servente de obras.

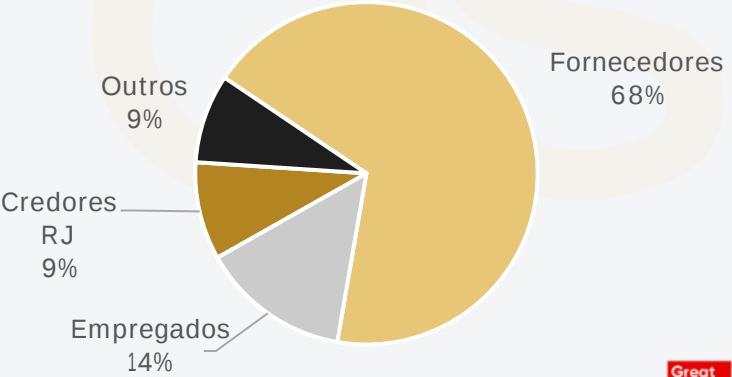
Salienta-se que os encargos sociais da folha de pagamento estão inadimplentes e os salários atrasados estão sendo pagos por negociação.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a Construtora tem se mantido com aportes do sócio e das empresas ligadas, recebimentos de saldo de obras já finalizadas e venda de pedra britada. Os pagamentos são direcionados, majoritariamente, ao pagamento de fornecedores, credores da RJ e empregados.

FLUXO DE CAIXA DEZEMBRO/2022	VALORES EM R\$
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	-236.124,60
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	-
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	231.885,54
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.239,06
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Período	5.379,85
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.140,79

Pagamentos DEZEMBRO/22



2. RESUMO - CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ENDIVIDAMENTO CONCURSAL

O endividamento concursal apresentado pela recuperanda é de **R\$ 185.402.673,85**.

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total
ART. 83, VIII	1	0,10%	1.273.874,06	0,69%
Trabalhista	455	46,33%	18.767.983,20	10,12%
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,92%
Quirografário	381	38,80%	148.716.705,39	80,21%
Microempresa	141	14,36%	7.525.875,22	4,06%
Total	982	100%	185.402.673,85	100%

Principais credores:

CLASSE	CREDOR	VALOR
CLASSE III	BANCO BANRISUL S/A	42.262.034,67
CLASSE III	BANCO DO BRASIL S/A	23.794.225,18
CLASSE III	FUNDO DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	20.452.074,97

PENDÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS

A Recuperanda explicou que o parcelamento de IPTU permanece ativo. De acordo com a empresa, o estoque não estava sendo ajustado mensalmente na contabilidade devido à baixa movimentação, e que a partir de então, será ajustado.

Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, 06.11.2017.

Classe I – Ainda seguem pendentes de quitação de R\$ 2.001.201,48 relativo aos credores até R\$ 70 mil e o montante de R\$ 7.434.151,26 relativo aos credores acima de R\$ 70 mil.

➤ **Classe II** – Não houve, até o momento de confecção deste relatório, a comprovação da dação das respectivas garantias aos credores com Garantia Real. A CBG está tomando providências no processo para entrega das garantias aos credores.

➤ **Classe III** – 108 credores, com créditos até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado. Destacamos que há em atraso o valor de R\$ 2,5 milhões correspondente a 62 parcelas + correção monetária. Em relação aos valores acima de R\$ 10 mil, todos os credores foram notificados sobre as cessões de crédito, com exceção do Banrisul, enquadrado como Credor Financeiro Parceiro, cujo pagamento de 61 parcelas está em atraso.

➤ **Classe IV** – 53 credores, até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado, restando o pagamento da correção monetária, e 15 credores estão com 62 parcelas em atraso, totalizando R\$ 87.120,65. Os valores superiores a R\$ 10 mil foram notificados da cessão de crédito.

Em decisão prolatada no evento 276 dos autos, foi concedido à Recuperanda o prazo de 15 dias para comprovar à Administradora Judicial a quitação da classe preferencial líquida até R\$ 70 mil e das classes quirografária e ME/EPP até R\$ 10 mil. No prazo, também foi determinada a apresentação dos planos de loteamento do imóvel aos credores preferenciais acima de R\$ 70.000,00 e a solução a ser dada ao FGTS. O prazo foi encerrado em 12.02.2021, tendo a empresa apresentado a quitação de parte dos créditos determinados e prestado esclarecimentos sobre os demais tópicos.

- Atualmente, para prosseguimento do cumprimento integral do PRJ aprovado e homologado, aguarda-se a alienação das UPIs nos autos da recuperação judicial. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. Seguindo o posicionamento da Administração Judicial, o Juízo homologou a arrematação da UPI B e deixou de homologar a proposta de compra da UPI D. A UPI C foi alienada em 10.08.2022.
- Em recente manifestação, a empresa informou estar em andamento no Registro de Imóveis de Portão/RS a individualização das matrículas do loteamento do imóvel destinado aos credores trabalhistas de R\$ 70.000,00. Ainda, esclareceu ter aderido ao parcelamento dos débitos de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo dos trâmites internos do órgão.
- Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias terá início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS.
- Por fim, necessário que seja aguardado também o deslinde dos processos judiciais cujos direitos creditórios foram cedidos em pagamento aos credores quirografários e de ME/EPP.

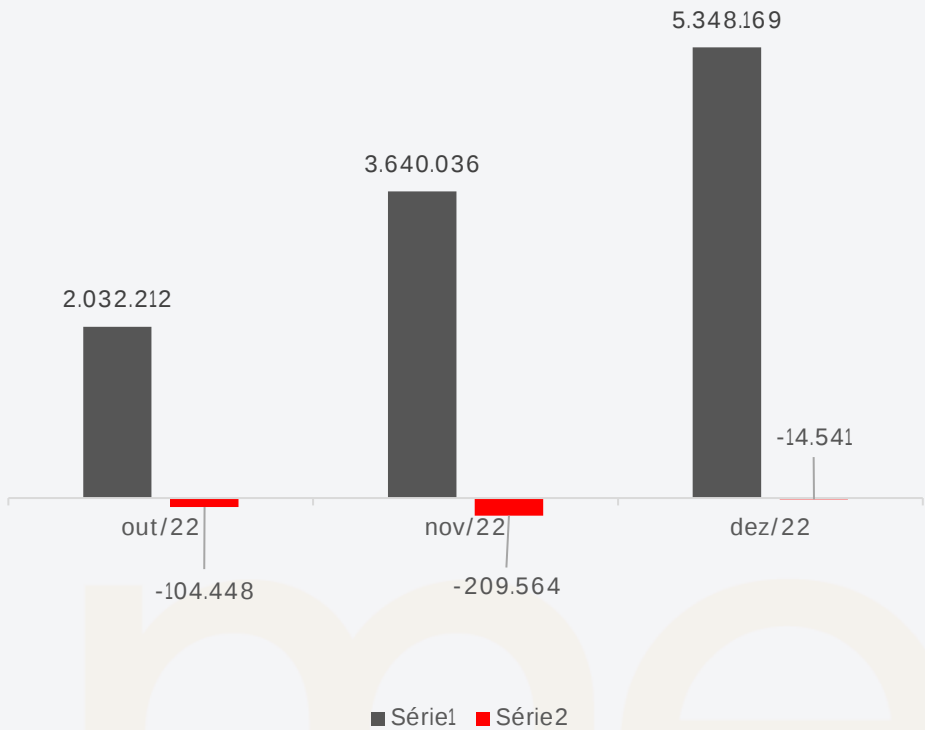


2. RESUMO - BGSE CONSTRUÇÕES LTDA

A BGSE Construções é uma subsidiária da empresa Construtora Brasília Gualba, com CNPJ nº 35.185.193/0001-87, ativo desde 15/10/2019. Conforme informações prestadas pela CBG, o faturamento da Companhia, está sendo direcionado para a BGSE. Além disso, foi noticiado que em janeiro/2022 houve transferência dos funcionários da CBG para a BGSE.

RESULTADOS

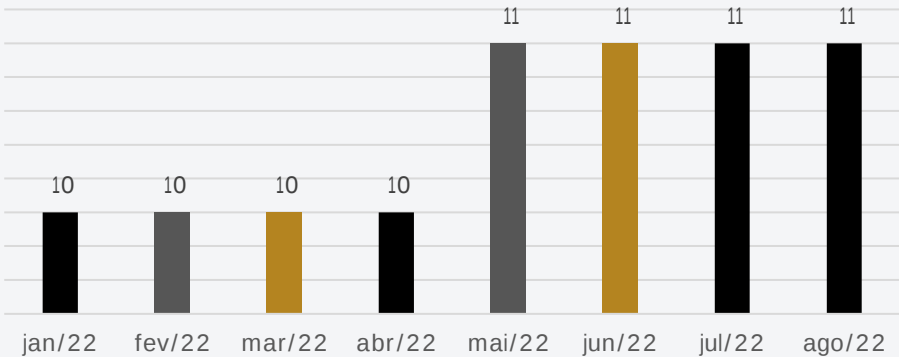
Receita Líquida e Resultado (R\$)



O mês de novembro exibiu um acréscimo de 79% e dezembro de 47%. As variações se deram pelo aumento do volume das obras com o DAER. Contudo, os períodos exibiram custos expressivos, em sua maior parte, pelos desembolsos com serviços empreitados. Sendo assim, novembro e dezembro exibiram prejuízos consecutivos de R\$ 209.563,98 e R\$ 14.541,36. O ano de 2022 acumulou lucro de R\$ 3.603.710,49.

QUADRO DE COLABORADORES

Número de funcionários

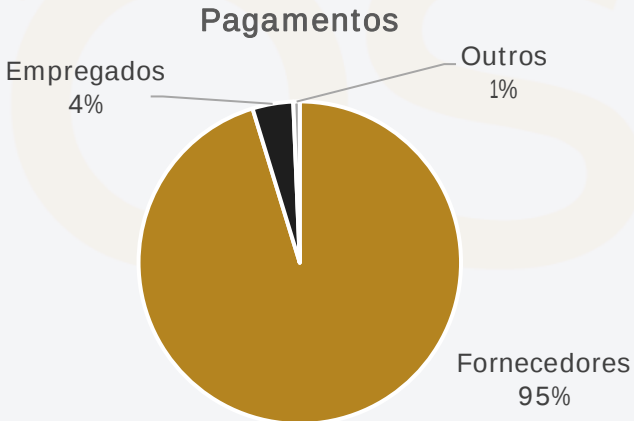


Em dezembro/2022, não houve movimentação no quadro de colaboradores. A BGSE possui 11 funcionários, sendo todos pelo regime de contratação CLT. Conforme destacado pela empresa, o quadro de colaboradores está distribuído em 07 funcionários do administrativo, 01 motorista, 01 mecânico, 01 auxiliar de serviços gerais e 01 auxiliar de limpeza. Ainda, informou que os salários e encargos estão em dia.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a BGSE tem mantido uma linha regular de faturamento, o que tem sustentado a operação da empresa. Além do cumprimento das suas obrigações mensais, especialmente com fornecedores e empregados, a empresa direciona aportes de valores, em sua maior parte, para a CBG.

dezembro/22	VALORES EM R\$
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	144.168,98
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	-
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-548.132,56
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-403.963,58
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Período	1.114.579,52
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	710.615,94



2. RESUMO - CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Em 01 de novembro de 2022, reuniram-se de forma virtual os representantes da Administração Judicial e da Recuperanda para atualizar as informações operacionais e financeiras da Construtora Brasília Guaíba.

Inicialmente, a Administração Judicial questionou como estariam as atividades e a CBG informou que estão fluindo normalmente, com as obras de Ivorá e Tupanciretã, sendo que não possuem novas obras. A principal dificuldade encontrada é com a demora para efetivar o parcelamento junto à PGFN, pois o mesmo não libera sem as baixas do FGTS. Sendo assim, solicitaram baixa do FGTS, contudo, Caixa Econômica Federal informou que essa solicitação deve ser de forma judicial. Quanto aos saldos de serviços a faturar, não possuem previsão para liberação dos mesmos. A empresa explicou que existem pequenos valores de clientes em aberto, que já consideram como perdidos.

A Recuperanda relatou que estão conseguindo se manter com o caixa gerado, visto que não há atrasos de honorários, salários e despesas. Estão em negociação de valores antigos, referente às dívidas extraconcursais. Além disso, será necessária a troca de empreiteira, pois a Conpasul não está prestando o serviço por desentendimentos comerciais. Anteriormente, os materiais eram comprados pela Conpasul, no entanto, a partir de setembro/2022, serão lançados diretamente na BGSE. Ainda estão definindo uma nova empreiteira, e assim que possível, a Administração Judicial será comunicada.

A empresa informou que há perspectivas para novas obras com o DAER, que seriam confirmadas no mês de novembro/2022. No entanto, até a finalização deste relatório, a Administração Judicial não recebeu a informação. A Recuperanda está trabalhando na elaboração do relatório e levantamento dos itens estocados e ativo imobilizado, com previsão até final de 2022. Contudo, destaca-se que ocorreu um incêndio em Portão, resultando na perda de parte dos itens.

A CBG confirmou que o parcelamento do IPTU permanece ativo e que os salários estão em dia. Referente ao cumprimento do plano, alguns trabalhistas estão aguardando sentenças judiciais e alguns casos negociados com o credor. Ressaltaram que o juiz da RJ concedeu o prazo de 70 dias para finalizar o loteamento, que será utilizado para pagamento de credores trabalhistas, e a empresa está concentrando seus esforços para isso.

A Administração Judicial solicitou o envio dos contratos dos seguintes prestadores de serviços na CBG: William Mendes da Rocha Advogados; Rosangela Benetti Almeida Advogados e Consultores Associados; João Carlos e Fernando Scalzilli ADV e Associados; Almeida, Costa e Pinheiro Sociedade de Advogados; e Alves, Prisco & Advogados Associados. Contudo, a Recuperanda informou que não possui contrato firmado com esses prestadores. Ainda, na BGSE, não possui contratos com Rodrigo Souza Ataíde Eireli e VTR Construtora.



2. RESUMO – CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Empreendimento destinado para pagamento dos credores trabalhistas:

Conforme prevê o Plano de Recuperação Judicial, os credores trabalhistas, cuja totalidade do crédito seja superior a R\$ 70.000,00, receberão a integralidade e totalidade de seus créditos através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão. No dia 27/09/2022 a Administração Judicial realizou visita técnica até o local do empreendimento. De acordo com informações prestadas pelo engenheiro que acompanhou a visita, a empresa pretendia efetuar a compra dos postes para instalação da rede elétrica. Ainda, destacou que as matrículas estavam todas prontas e que estavam em busca dos credores para alterar a titularidade. As imagens abaixo refletem o empreendimento na data da visita. Ressalta-se, no entanto, que em dezembro/2022 foi apresentado relatório de conclusão do empreendimento.

Imagens capturadas pela Administração Judicial em visita técnica do dia 27/09/2022:



Imagens do relatório de conclusão do empreendimento, elaborado em dezembro/2022:



2. RESUMO- CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Imagens enviadas pela Recuperanda do estoque de pedra britada:



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 27/02/2023



2. RESUMO- CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Imagens enviadas pela Recuperanda em 27/02/2023, referente às obras em andamento na BGSE. No entanto a empresa não indicou a qual obra, cada imagem se refere.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG

BALANÇO PATRIMONIAL		out/22	nov/22	dez/22
ATIVO	CIRCULANTE	34.716.994	34.669.042	34.665.306
	Caixas e bancos	5.185	5.380	1.141
	Aplicações financeiras	4.256	-	-
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	40.817	40.817	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.173.730	3.128.741	3.134.873
	Demais contas e valores a receber	945.693	946.791	945.693
	NÃO CIRCULANTE	28.637.397	28.757.427	27.228.066
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.360.158	2.480.188	2.517.095
	Investimentos	15.538.859	15.538.859	19.142.899
	Imobilizado	8.258.069	8.258.069	3.087.759
	TOTAL DO ATIVO	63.354.390	63.426.470	61.893.372
BALANÇO PATRIMONIAL		out/22	nov/22	dez/22
PASSIVO	CIRCULANTE	22.918.711	22.908.615	23.584.662
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.163.748	5.189.544	5.240.668
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.122.799	6.143.657	6.185.057
	Provisões trabalhistas	24.851	16.560	17.079
	Obrigações fiscais	2.911.715	2.938.680	2.949.926
	Demais contas a pagar	1.843.268	1.773.744	1.917.157
	Parcelamentos	3.541.439	3.535.540	3.963.885
	NÃO CIRCULANTE	33.828.126	34.232.850	34.247.185
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.473.416	3.490.458	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	553.016	557.192	561.367
	Parcelamentos impostos	8.582.570	8.583.500	8.584.430
	Partes relacionadas	18.532.084	18.914.659	19.145.207
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.607.553	6.285.005	9.783.408
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720
	Prejuízos acumulados	-36.898.663	-36.898.663	-36.898.663
	Resultado do exercício em curso	-3.175.855	-3.498.403	-
	TOTAL DO PASSIVO	63.354.390	63.426.470	67.615.255

Disponibilidades: compreende valores em espécie (R\$ 428,04 mil) e bancos conta movimento (R\$ 712,75). O decréscimo de R\$ 4,2 mil se deu pela utilização do saldo em caixa. As principais movimentações das disponibilidades, conforme relatório razão, foram com operações de mútuo, suprimento de caixa, recebimento de pedra britada e pagamentos realizados a fornecedores, funcionários e Arthur Loiferman Jawertz no montante de R\$ 12.944,88. Quando questionada sobre o valor pago a Arthur, a Recuperanda se limitou a informar que foi um pagamento feito a débito da BGL. Os extratos bancários enviados, atestam os saldos contábeis. No entanto, os extratos de contas junto ao Sicredi e CCB China, não foram encaminhados.

Contas a receber: compreende, em sua maior parte, valores a receber Secretaria do Tesouro (R\$ 17,7 mil), Corsan (R\$ 431,6 mil) e PMC RS (R\$ 340,1 mil). A rubrica não apresenta variação de saldo desde junho/2022. Ainda, a CBG informou que o total em aberto, reflete a realidade, e que estão em processo de cobrança via jurídico. No entanto, não informou data prevista para receber os valores.

Adiantamentos a Terceiros: engloba, unicamente, adiantamento a fornecedores. O menor volume de baixas do mês (R\$ 11,4 mil), comparado aos novos adiantamentos (R\$ 17,6 mil), motivou o acréscimo de R\$ 6 mil. Os principais adiantamentos fora para William Mendes (R\$ 5 mil), Marli Leal (R\$ 5 mil) e Caldas Godoy (R\$ 5 mil), A CBG não possui relatório de controle dos adiantamentos, impossibilitando atestar o saldo nas demonstrações. A respeito da data estimada para a regularizar o saldo de R\$ 3 milhões, bem como o motivo para ainda não ter sido baixado, em outro momento, a Recuperanda afirmou que continua exigindo aos fornecedores a nota fiscal para baixa, inclusive na via judicial, como no caso da empresa Preconcretos. Ainda, destacou que há divergências a serem acertadas.

Demais contas e valores a receber: o decréscimo de R\$ 1 mil reais, se deu pelo pagamento do décimo terceiro. Compreende, saldos de impostos a recuperar (R\$ 944,6 mil) e créditos a funcionários (R\$ 1 mil).

Partes Relacionadas: o acréscimo de 1%, foi motivado pelos pagamentos de créditos ilíquidos da Recuperação Judicial. O motivo pelos pagamentos estarem sendo alocados nessa conta, não foi esclarecido.

Investimentos: o acréscimo de 23%, se deu pelo resultado da apuração da equivalência patrimonial com os investimentos da BGSE de R\$ 3,6 milhões.

Investimentos e Imobilizado: no período houve reconhecimento da depreciação anual, no montante expressivo de R\$ 5,1 milhões. De acordo com a empresa, o inventário do imobilizado não foi concluído e a previsão para finalização era até o final de 2022, no entanto, o mesmo não foi encaminhado até a finalização deste relatório. Adicionou, ainda, que os bens, em sua maioria, estão localizados na Pedreira de Camaquã e na Central de Equipamentos em Portão.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG

BALANÇO PATRIMONIAL		out/22	nov/22	dez/22
ATIVO	CIRCULANTE	34.716.994	34.669.042	34.665.306
	Caixas e bancos	5.185	5.380	1.141
	Aplicações financeiras	4.256	-	-
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	40.817	40.817	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.173.730	3.128.741	3.134.873
	Demais contas e valores a receber	945.693	946.791	945.693
	NÃO CIRCULANTE	28.637.397	28.757.427	27.228.066
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.360.158	2.480.188	2.517.095
	Investimentos	15.538.859	15.538.859	19.142.899
	Imobilizado	8.258.069	8.258.069	3.087.759
	TOTAL DO ATIVO	63.354.390	63.426.470	61.893.372
BALANÇO PATRIMONIAL		out/22	nov/22	dez/22
PASSIVO	CIRCULANTE	22.918.711	22.908.615	23.584.662
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.163.748	5.189.544	5.240.668
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.122.799	6.143.657	6.185.057
	Provisões trabalhistas	24.851	16.560	17.079
	Obrigações fiscais	2.911.715	2.938.680	2.949.926
	Demais contas a pagar	1.843.268	1.773.744	1.917.157
	Parcelamentos	3.541.439	3.535.540	3.963.885
	NÃO CIRCULANTE	33.828.126	34.232.850	34.247.185
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.473.416	3.490.458	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	553.016	557.192	561.367
	Parcelamentos impostos	8.582.570	8.583.500	8.584.430
	Partes relacionadas	18.532.084	18.914.659	19.145.207
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.607.553	6.285.005	9.783.408
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720
	Prejuízos acumulados	-36.898.663	-36.898.663	-36.898.663
	Resultado do exercício em curso	-3.175.855	-3.498.403	-
	TOTAL DO PASSIVO	63.354.390	63.426.470	67.615.255

Fornecedores: engloba saldos a pagar a fornecedores (R\$ 3,4 milhões), sub empreiteiros (R\$ 769,3 mil) e retenções contratuais (R\$ 1 milhão). O acréscimo de 1%, foi motivado pelo maior volume de compras a prazo. Os principais fornecimentos foram com Sigma Com (R\$ 53,6 mil), Megacabos (R\$ 26,9 mil) e Softcont (R\$ 29,4 mil).

Obrigações Sociais e Trabalhistas: o acréscimo se deu, em sua maior parte, pela inadimplência dos encargos. O período registrou pagamento de salários, rescisões e encargos incidentes. Os principais saldos em aberto são de INSS (R\$ 4,5 milhões), FGTS (R\$ 974,6 mil) e salários (R\$ 257,4 mil). No longo prazo, houve apropriação de atualização monetária do parcelamento com o SESI (R\$ 3,3 mil) e SENAI (R\$ 812,03), justificando a variação. Conforme informado em questionamentos anteriores, os salários em atraso foram quitados. Quando questionada sobre a que se refere os saldos em balancete de salários (R\$ 257,4 mil) e rescisões (R\$ 230 mil), a empresa esclareceu que são pendências de funcionários que entraram com ações trabalhistas e seus processos ainda não foram concluídos.

Obrigações Fiscais: compreende, especialmente, COFINS (R\$ 1 milhão), impostos retidos (R\$ 673 mil) e obrigações fiscais s/ faturamento diferido (R\$ 402,4 mil). O acréscimo de R\$ 11 mil se deu pela inadimplência dos tributos. No longo prazo, verificou-se a transferência de saldos de IPVA e ICMS dívida ativa, para parcelamentos no curto prazo, justificando as variações.

Demais contas a pagar: o aumento de 8%, foi motivado, em sua maior parte, pela compra de material elétrico, que será pago pela Planaterra (R\$ 164,6 mil) e foi alocado na conta da CEEE. Quando questionada, a CBG informou que estão lançados em conta indevida, porém não informou se houve correção. As instalações elétricas da pedreira Camaquã foram furtadas e refeitas pela Planaterra. Além disso, houve amortização de parcelamento de conta da CEEE (R\$ 9,6 mil). Destaca-se que a Planaterra assumiu a responsabilidade do parcelamento da dívida de energia de Camaquã.

Parcelamentos: contemplam os parcelamentos simplificados, PERT e IPTU do município de Portão/RS, que foi negociado em agosto/2020 e refere-se aos lotes que serão disponibilizados para pagamento da Classe Trabalhista acima de R\$ 70 mil, conforme plano de recuperação judicial. Apesar das ressalvas dessa Administração Judicial, a Recuperanda manteve a contabilização do saldo de R\$ 8,5 milhões (rubrica **Parcelamento de Impostos**) no longo prazo, pois, segundo a empresa, será efetuado novos parcelamentos junto a Receita Federal e PGFN, e o saldo será ajustado para a nova composição dos valores. O acréscimo de 12%, no curto prazo, foi decorrente dos novos parcelamentos junto a Fazenda Estadual, de débitos de IPVA, multas e ICMS em até 180 parcelas, conforme comprovante enviado. Além disso, houve apropriação de juros s/ parcelamentos em atraso com o Sesi, Senai e CFEM.

Partes Relacionadas: compreende saldos de BGSE Construções (R\$ 11 milhões), Brasília Guaíba Investimentos (R\$ 6,1 milhões), André Loiferman (R\$ 1,2 milhões) e ALOI Participações (R\$ 617,3 mil). O acréscimo de 1% foi decorrente, em sua maior parte, dos aportes recebidos da BGSE (R\$ 728,5 mil) e da BGI (R\$ 12,9 mil). Além disso, houve pagamentos na monta de R\$ 510,9 mil.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- DRE CBG

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	out/22	nov/22	dez/22	2022
Faturamento	264.157	153.423	163.958	1.805.133
Deduções sobre vendas	-15.264	-12.255	-10.623	-118.380
RECEITA LÍQUIDA	248.893	141.168	153.335	1.686.752
CUSTOS	-226.331	-146.535	-347.878	-2.218.951
CUSTOS DIRETOS	-84.751	-103.870	-326.054	-1.454.273
Materiais diretos	-46.915	-8.300	-298.618	-782.679
Mão de obra direta	-1.373	-3.692	-2.688	-104.818
Serviços empreitados	-31.990	-72.080	-15.389	-423.057
Equipamentos de produção	-4.473	-19.798	-9.359	-143.719
CUSTOS INDIRETOS	-141.580	-42.665	-21.824	-764.678
Material indireto	-112.418	-24.817	-1.148	-209.015
Mão de obra indireta	-3.103	-	-943	-12.978
Outros custos indiretos	-26.059	-17.847	-19.732	-542.684
LUCRO BRUTO	22.562	-5.367	-194.543	-532.198
DESPESAS	-220.609	-317.182	-2.028.937	-5.189.685
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-138.476	-231.173	-5.512.574	-7.640.253
Despesas com pessoal	-23.578	-4.378	-14.004	-285.699
Ocupação, comunicação e energia	-2.288	-2.448	-4.386	-119.862
Serviços de terceiros	-69.606	-137.616	-126.369	-1.508.233
Despesas c/ veículos adm.	-3.025	-12.206	-5.304.654	-5.357.086
Outras despesas	-38.052	-67.904	-19.913	-260.975
Despesas não dedutíveis	-1.927	-6.621	-43.248	-105.921
EVENTOS FINANCEIROS	-71.949	-85.079	-103.805	-1.082.876
Despesas financeiras	-72.058	-80.823	-103.805	-1.086.315
Receitas financeiras	110	-4.256	-	3.439
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-10.188	-13.050	-16.600	-106.035
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	3	12.120	3.604.041	3.639.480
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	10	12.120	3.604.041	3.628.291
RESULTADO	-198.048	-322.548	-2.223.480	-5.721.883

Faturamento: o mês apresentou acréscimo de 7%, devido ao aumento de venda de pedra Britada (R\$ 33,9 mil). Além disso, houve receita com a locação de equipamentos para a Planaterra (R\$ 130 mil).

Deduções sobre vendas: compreende, unicamente, impostos s/ vendas (R\$ 10,6 mil).

Custos: engloba custos diretos (R\$ 326 mil) e custos indiretos (R\$ 21,8 mil). O principal motivo que levou ao acréscimo expressivo de 137%, foi a aquisição de materiais elétricos (R\$ 292 mil). Quando questionada, a CBG relatou que as instalações elétricas da pedreira Camaquã foram furtadas e refeitas pela Planaterra.

Despesas Gerais Administrativas: compreende, em sua maior parte, depreciação (R\$ 5,3 milhões), que motivou o aumento expressivo da rubrica. Além disso, verificou-se em meio aos gastos mais significativos, serviços de terceiros (R\$ 126,3 mil), IPVA (R\$ 129,2 mil) e despesas com pessoal (R\$ 14 mil). Dentre os principais prestadores de serviço, destacam-se Softcont (R\$ 29,4 mil), Medeiros & Medeiros (R\$ 15 mil) e Figueiredo Tassini Advogados (R\$ 12 mil). O valor expressivo da Softcont é referente ao lançamento de duas notas fiscais, pertinentes a dezembro e novembro, que não foi lançada no período anterior. Além disso, identificou-se valor expressivo como despesa não dedutíveis, referente a multa s/ parcelamento de imposto (R\$ 41,5 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 103.805,19, principalmente, pelos juros s/ tributos (R\$ 73,3 mil), variações passivas (R\$ 19,6 mil) e juros s/ parcelamentos (R\$ 5 mil),

Despesas tributárias: compreende taxas (R\$ 16,6 mil), em sua maioria, de registros de imóveis e Ibama (R\$ 5,7 mil) que motivou o acréscimo de 27%.

Outras receitas Operacionais: contempla receita gerada por apuração da equivalência patrimonial com os investimentos da BGSE de R\$ 3,6 milhões.

Resultado: o prejuízo do mês foi de R\$ 2.223.480,24, motivado pelos custos elevados e despesas expressiva com a depreciação anual. O ano de 2022, acumulou resultados negativos de R\$ 5.721.883,39.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DFC CBG

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

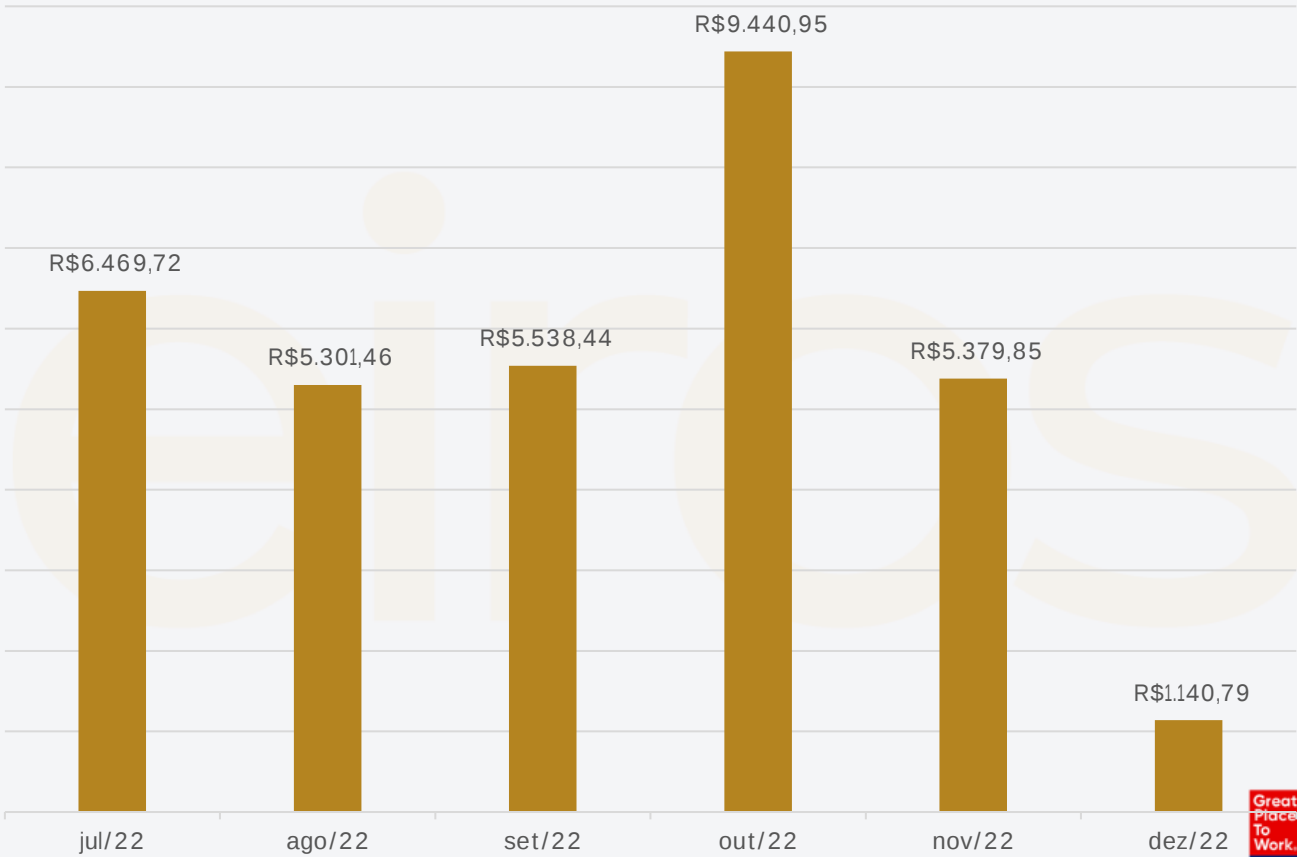
FLUXO DE CAIXA GERENCIAL (R\$)	out/22	nov/22	dez/22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes	264.157	153.423	163.958
(+) Recebimento por ressarcimento de despesas	-	12.120	1
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-76.884	-16.756	-17.220
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-136.676	-184.882	-157.972
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-121.827	-11.433	-66.444
(-) Pagamento a Credores	-10.790	-16.737	-26.562
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-18.571	-63.257	-8.620
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-7.873	-7.024	-4.998
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-15.399	-16.794	-15.016
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-2.417	-4.200	-9.246
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-564	-364	-364
(-)Pagamento de Fundo de Garantia	-19.448	-2.757	-2.522
(-)Pagamento de Previdência Social	-1.655	-3.719	-3.721
(-) Pagamento Locações e Alugueis	-5.187	-1.512	-1.512
(-) Pagamento de Tributos Municipais Empresa	-7.411	-4.105	-350
(-) Pagamento de Tributos Estaduais Empresa	-3.588	-4.558	-6.011
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-62	-16	-16
(-) Pagamento Tributos federais retidos na fonte	-617	-3.008	-1.869
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-2.937	-9.649	-10.980
(-) Pagamento Homologação Trabalhista	-69.617	-69.617	-25.488
(-) Pagamento de Parcelamento simplificado	-3.438	-3.470	-
(-) Pagamento de Parcelamento Municipal	-3.313	-3.313	-3.313
(-) Pagamento Funcionários Credores da Recup. Judicial	-72.395	-120.031	-36.907
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	-316.512	-381.659	-235.173
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-1.256	-708	-854
(-) Pagamento Juros e Multas	-3.059	-14	-98
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	-320.827	-382.380	-236.125
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Recebimento Líquidos Aplicações Financeiras	110	-4.256	-
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	110	-4.256	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	324.620	382.575	231.886
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	324.620	382.575	231.886
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.903	-4.061	-4.239
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5.538	9.441	5.380
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	9.441	5.380	1.141

Atividades operacionais: em dezembro, o caixa operacional foi negativo de R\$ 236,1 mil, principalmente, pelos pagamentos a fornecedores (R\$ 224,4 mil), créditos trabalhistas da RJ (R\$ 36,9 mil) e pagamento a outros credores da RJ (R\$ 26,5 mil). As entradas foram, com recebimento de clientes (R\$ 163,9 mil).

Atividades de financiamento: o caixa do mês foi financiado, principalmente, dos aportes cedidos pela BGSE Construções, no valor líquido de R\$ 231,8 mil.

O saldo disponível ao final do período, conforme demonstrações apresentadas, é de R\$ 1,1 mil, que confere com as disponibilidades no balanço patrimonial.

Evolução dos valores em caixa R\$



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE

BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		out/22	nov/22	dez/22
ATIVO	CIRCULANTE	4.916.088	6.379.306	7.750.107
	Disponível	1.485.687	5.693	4.008
	Aplicação Financeira	-	1.108.886	706.608
	Contas a receber	6.000	6.000	5.536.730
	Serviços a faturar	2.170.788	3.868.179	-
	Adiantamentos a terceiros	729.458	856.668	1.012.917
	Demais contas e valores a receber	524.154	533.879	489.844
	NÃO CIRCULANTE	19.894.370	20.265.006	20.544.421
	Partes relacionadas	9.869.461	10.505.440	11.050.199
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
	Imobilizado	9.724.910	9.459.566	9.194.223
	TOTAL DO ATIVO	24.810.458	26.644.312	28.294.529
BALANÇO PATRIMONIAL		out/22	nov/22	dez/22
PASSIVO	CIRCULANTE	5.188.112	7.231.530	9.151.629
	Fornecedores	1.569.184	3.416.236	5.054.885
	Obrigações sociais e trabalhistas	201.908	198.279	135.869
	Obrigações fiscais	414.012	603.824	800.497
	Provisões	115.687	115.687	487.764
	Demais contas a pagar	615.083	620.963	607.963
	Parcelamentos	2.237.599	2.241.902	2.449.002
	Sociedade em conta de participação	34.640	34.640	-384.350
	NÃO CIRCULANTE	255.341	255.341	-
	Parcelamentos impostos	255.341	255.341	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.539.189	15.539.189	15.539.189
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
Lucros ou Prejuízos acumulados	529.189	529.189	529.189	
TOTAL DO PASSIVO	20.982.642	23.026.060	24.690.818	

Disponível: contempla, ao final de dezembro, valores em espécie (R\$ 311,79), Banco Copesa (R\$ 2,9 mil), Banco ABC (R\$ 772,89) e aplicação financeira Banco ABC (R\$ 706,6 mil). Novembro e dezembro, exibiram decréscimos sucessivos de R\$ 371,1 mil e R\$ 403,9 mil, motivados pelas variações de saldos com as aplicações financeiras do Banco ABC. Conforme relatório razão, as principais movimentações foram com operações de mútuo, recebimento de clientes e pagamento a fornecedores e prestadores de serviço. Os extratos bancários, atestam os saldos em balancete.

Contas a receber e serviço a faturar: o contas a receber exibiu acréscimo expressivo de R\$ 5,5 milhões em dezembro, motivado pelos serviços faturados ao DAER de Tupanciretã e Ivorá, o que justifica a baixa total do saldo de serviços a faturar no período.

Adiantamento a Terceiros: compreende, unicamente, adiantamento a fornecedores (R\$ 1 milhão). Os acréscimos consecutivos de novembro e dezembro, de R\$ 127,2 mil e R\$ 156,2 mil, se deram pelos novos adiantamentos realizados. No mês de dezembro, período que exibiu maior variação, os principais pagamentos antecipados foram para Vipave Construtora (R\$ 80 mil), JP Santa Lucia (R\$ 36,6 mil) e Softcont (R\$ 34,2 mil). Quando questionada sobre qual o motivo que a Softcont não está emitindo notas fiscais mensais, visto que o saldo acumulado é de R\$ 334,6 mil, a empresa relatou que o fornecedor teve problema legais e voltará a emitir notas a partir de fevereiro. Ainda, não foi disponibilizado o relatório de adiantamentos, de controle interno. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado.

Demais Contas de valores a receber: engloba, unicamente, impostos a recuperar (R\$ 489,8 mil), A principal variação ocorreu em dezembro, com decréscimo de 2%, resultante da baixa do saldo de adiantamentos a funcionários, devido ao pagamento do décimo terceiro salário e impostos compensados no mês.

Partes Relacionadas: compreende aportes concedidos para a CBG e apresentou acréscimos consecutivos de 6% e 5%, em novembro e dezembro. O total do montante direcionado para a CBG em nos períodos analisados foi de R\$ 1,1 milhão.

Investimentos: contempla contratos de empreitadas (R\$ 300 mil) referente a capitalização realizada na constituição da BGSE, dos contratos do DAER que estão em atividade.

Imobilizado: a variação dos períodos foi de decréscimo de 3% em cada mês e se deu pela depreciação mensal de R\$ 265,3 mil.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE

BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		out/22	nov/22	dez/22
ATIVO	CIRCULANTE	4.916.088	6.379.306	7.750.107
	Disponível	1.485.687	5.693	4.008
	Aplicação Financeira	-	1108.886	706.608
	Contas a receber	6.000	6.000	5.536.730
	Serviços a faturar	2.170.788	3.868.179	-
	Adiantamentos a terceiros	729.458	856.668	1.012.917
	Demais contas e valores a receber	524.154	533.879	489.844
	NÃO CIRCULANTE	19.894.370	20.265.006	20.544.421
	Partes relacionadas	9.869.461	10.505.440	11.050.199
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
	Imobilizado	9.724.910	9.459.566	9.194.223
TOTAL DO ATIVO		24.810.458	26.644.312	28.294.529
BALANÇO PATRIMONIAL		out/22	nov/22	dez/22
PASSIVO	CIRCULANTE	5.188.112	7.231.530	9.151.629
	Fornecedores	1.569.184	3.416.236	5.054.885
	Obrigações sociais e trabalhistas	201.908	198.279	135.869
	Obrigações fiscais	414.012	603.824	800.497
	Provisões	115.687	115.687	487.764
	Demais contas a pagar	615.083	620.963	607.963
	Parcelamentos	2.237.599	2.241.902	2.449.002
	Sociedade em conta de participação	34.640	34.640	-384.350
	NÃO CIRCULANTE	255.341	255.341	-
	Parcelamentos impostos	255.341	255.341	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.539.189	15.539.189	15.539.189
Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000	
Lucros ou Prejuízos acumulados	529.189	529.189	529.189	
TOTAL DO PASSIVO		20.982.642	23.026.060	24.690.818

Fornecedores: a rubrica engloba, ao final de dezembro, fornecedores (R\$ 2,3 milhões), subempreiteiros (R\$ 2,5 milhões) e retenções contratuais para seguridade social (R\$ 147,2 mil). Os períodos apresentaram acréscimos sucessivos de R\$ 1,8 milhão e R\$ 1,6 milhão, devido aos subempreiteiros contratados para os serviços realizados para o DAER. Em meio as principais contratações dos períodos, Della Pasqua Engenharia (R\$ 4,1 milhões) e Avensi Construtora (R\$ 1,1 milhão). A empresa disponibilizou os contratos com as empreiteiras citadas. Os contratos da Della Pasqua relatam que os serviços contratados são de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos para serviços a serem realizados em Tupanciretã e Ivorá, a um valor total estimado de R\$ 41,4 milhões. O contrato de Avensi Construtora, traz como objeto os mesmos serviços e materiais, contudo, parcial, do trecho de Ivorá que totaliza o valor estimado de R\$ 15.895.872,12. O relatório financeiro, de controle interno da empresa, não foi encaminhado. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado

Obrigações Sociais e Trabalhistas: em novembro houve decréscimo de R\$ 3,6 mil, principalmente, pela transferência de saldo de INSS, referente ao parcelamento realizado em outubro/2022 e pagamentos do período. Em dezembro, a baixa das provisões de décimo terceiro salário e encargos incidentes, foram responsáveis pela retração. Contempla, principalmente, saldos de provisões (R\$ 120,6 mil), salários e ordenados do mês (R\$ 18 mil) e INSS (R\$ 6,9 mil). Destaca-se que não há salários em atraso.

Obrigações fiscais: compreende, principalmente, saldos em aberto em ao final de dezembro de COFINS (R\$ 473,7 mil), ISS (R\$ 188,1 mil) e PIS (R\$ 106 mil). Novembro e dezembro, apresentaram acréscimos sucessivos de R\$ 189,8 mil e R\$ 196,6 mil, motivados pela inadimplência de PIS, COFINS e impostos a recolher.

Provisões: compreende provisões de imposto de renda e contribuição social s/ o lucro, que acumula saldos de R\$ 487,7 mil. Em dezembro apresentou acréscimo de R\$ 372 mil, resultante das provisões de IRPJ e CSLL.

Parcelamentos: as variações dos períodos, foram, em sua maior parte, resultante de transferências de saldos do longo para o curto prazo.

Sociedade em conta de participação: compreende saldo em aberto com a BGSE SCP A (R\$ 304,5 mil) e BGSE Construções SCP B (R\$ 79,8 mil). Quanto aos períodos analisados, verificou-se decréscimo de R\$ 418,9 mil em dezembro, motivado pelos custos com materiais péticos na SCPA, tornando o saldo da rubrica redutor no passivo, o que não foi esclarecido pela BGSE. Os fornecimentos foram, especialmente, de Coqueiro Com de Diesel (R\$ 378,8 mil) e Posto Pilecco Ltda (R\$ 6,1 mil).



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DRE BGSE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	out/22	nov/22	dez/22	2022
Receita Bruta	2.176.788	3.874.179	5.684.658	22.435.487
Deduções sobre vendas	-144.576	-234.143	-336.489	-1.917.870
RECEITA LÍQUIDA	2.032.212	3.640.036	5.348.169	20.517.617
CUSTOS	-1.911.731	-3.590.300	-4.725.027	-12.907.391
CUSTOS DIRETOS	-1.893.955	-3.535.276	-4.718.573	-12.776.731
Materiais diretos	-7.355	-120.422	-694.747	-823.493
Mão de obra direta	-13.882	-15.285	-16.807	-108.819
Serviços empreitados	-1.382.752	-2.540.774	-3.568.960	-7.531.185
Equipamentos de produção	-489.966	-858.795	-438.059	-4.313.234
CUSTOS INDIRETOS	-17.776	-55.024	-6.454	-130.660
Material indireto	-351	-22.562	-784	-26.044
Mão de obra indireta	-	-	-	-546
Outros custos indiretos	-17.425	-32.462	-5.670	-104.071
LUCRO BRUTO	120.481	49.737	623.142	7.610.226
DESPESAS	-224.929	-259.301	-637.683	-4.006.515
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-196.603	-247.551	-245.789	-2.802.243
Despesas com pessoal	-83.009	-105.153	-96.543	-1.117.847
Ocupação, comunicação e energia	-12.086	-9.233	-9.137	-118.124
Serviços de terceiros	-63.782	-93.594	-100.243	-966.622
Despesas c/ veículos adm.	-6.499	-2.965	-8.219	-127.270
Viagens e representações	-1.107	-1.000	-669	-4.119
Outras despesas	-20.417	-28.098	-21.977	-354.396
Despesas não dedutíveis	-9.704	-7.508	-9.001	-113.865
EVENTOS FINANCEIROS	-27.882	-11.692	-7.805	-529.129
Despesas financeiras	-27.882	-11.708	-7.805	-529.424
Receitas financeiras	-	16	-	295
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-441	-57	-1.170	-10.263
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	-2	-	12.085	12.139
Imposto de Renda e Contribu. Social S/L	-	-	-395.005	-677.019
RESULTADO	-104.448	-209.564	-14.541	3.603.710

Receita Bruta: o mês de novembro exibiu um acréscimo de 78% e dezembro de 47%, As variações se deram pelo aumento do volume das obras com o DAER. A empresa informou, em outro momento, que o aumento ou redução de receita em obras de construção civil, não implicam em novos contratos e sim em medições de trabalhos executados, que é a base do faturamento. As obras em andamento são de Ivorá e Tupanciretã.

Deduções sobre vendas: compreende, unicamente, impostos sobre vendas e serviços prestados e as variações foram proporcionais às receitas.

Custos: a principal variação ocorreu em novembro, com aumento de 88%, motivado pela contratação dos serviços empreitados para obra do DAER (R\$ 2,5 milhões) e equipamentos de produção (R\$ 858,7 mil). Em novembro e dezembro, os custos representaram um percentual de 97% e 88%, respectivamente, sobre as receitas líquidas. A Administração Judicial questionou sobre os motivos que levaram à representatividade expressiva sobre a receita líquida, e a BGSE explicou que os custos estão diretamente ligados ao tipo de intervenção que está se executando, por exemplo, terraplanagem, preparo de cancha, asfaltamento de pista, entre outros. Dessa forma, o resultado se altera, mas na média o objetivo é alcançado. .

Despesas Gerais Administrativas: contemplam, em sua maior parte, despesa com pessoal e serviços de terceiros. Novembro exibiu acréscimo de 26%, principalmente, pelo aumento de despesas com pessoal (R\$ 105,1 mil) e serviços prestados por terceiros (R\$ 93,5 mil). Em dezembro, houve decréscimo de 1%, devido ao menor gasto com pessoal. As variações com pessoal, estão relacionadas com pagamento de décimo terceiro salário e encargos incidentes. Em meio aos principais prestadores de serviço estão Schwambach (R\$ 19,1 mil), GLH Controle, Planejamento e Estratégia (R\$ 13,4 mil) e Trevisa Engenharia (R\$ 12,7 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo em R\$ 11.692,14 em novembro, principalmente pelas multas (R\$ 9,2 mil) e despesas bancárias (R\$ 1,4 mil). O mês de dezembro exibiu prejuízo financeiro de R\$ 7.804,80, em sua maior parte, pelas despesas bancárias (R\$ 3,4 mil), juros de mora (R\$ 2,9 mil) e multas (R\$ 1,4 mil).

Despesa tributária: compreende taxas de R\$ 57,34 em novembro e de R\$ 1,1 mil em dezembro, em sua maior parte, com a junta comercial, tabelionato e CREA.

Resultado: os períodos exibiram custos expressivos, especialmente, pelos desembolsos com serviços empreitados. Sendo assim, novembro e dezembro exibiram prejuízos consecutivos de R\$ 209.563,98 e R\$ 14.541,36. O ano de 2022 acumulou lucro de R\$ 3.603.710,49.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DFC BGSE

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

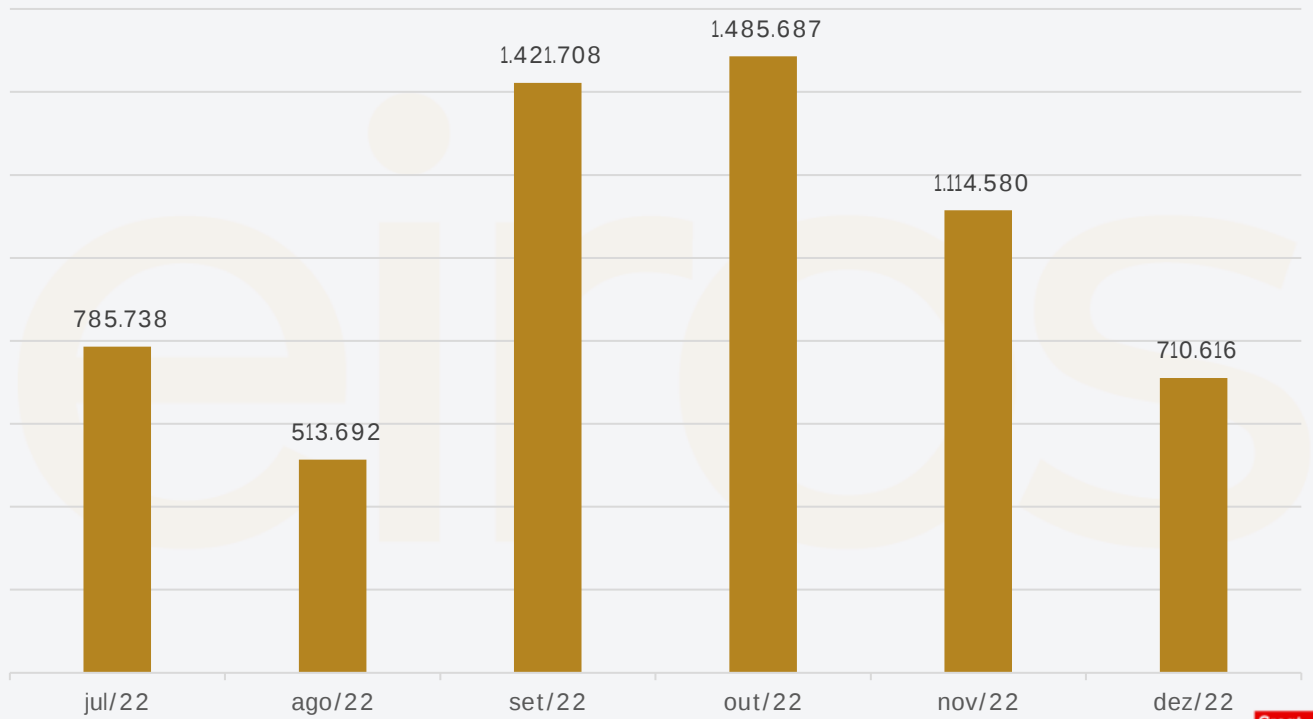
	out/22	nov/22	dez/22
(+) Recebimento de Clientes	1.569.973	2.093.129	3.769.510
(+) Recebimento por Ressarcimento de Despesas	14	-	1
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-352.428	-256.028	-176.166
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-164.859	-1.378.799	-3.250.493
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-42.465	-21.725	-20.406
(-) Pagamento a Credores	-5.650	-1.800	-6.700
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-9.736	-	-4.906
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-49.192	-69.368	-65.162
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-13.807	-6.986	-11.104
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-11.161	-	-
(-) Pagamento Fundo de Garantia	-3.589	-	-5.340
(-) Pagamento Previdência Social	-	-	-17.500
(-) Pagamentos Locações e Aluguéis	-15.654	-16.678	-8.454
(-) Pagamento de Seguros	-	-	-277
(-) Pagamento Tributos Federais Retidos na Fonte	-544	-544	-595
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-601	-160	-1.362
(-) Pagamento Parcelamento Simplificado (Impostos e Previdência e FGTS)	-53.041	-46.618	-49.078
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	847.261	294.422	151.969
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-1.166	-1.412	-3.400
(-) Pagamento Juros e Multas	-1.467	-1.601	-4.400
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. após os Enc. Financeiros	844.627	291.410	144.169
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(-) Pagamento Imobilizado de Pequeno Porte	-	-	-749
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	-580.648	-662.518	-547.384
(+/-) Recebimento/Pagamento Aporte de SCP	-200.000	-	-
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-780.648	-662.518	-548.133
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	63.979	-371.108	-403.964
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.421.708	1.485.687	1.114.580
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.485.687	1.114.580	710.616

Atividade Operacional: o caixa operacional de novembro foi positivo de R\$ 291,4 mil, unicamente, pelo recebimento de clientes (R\$ 2 milhões). As principais saídas foram com fornecedores (R\$ 1,4 milhão), adiantamento a fornecedores (R\$ 256 mil) e remuneração a empregados (R\$ 69,3 mil). Em dezembro, os recebimentos de clientes (R\$ 3,7 milhões), motivaram o caixa operacional positivo de R\$ 144,1 mil. As saídas, em sua maior parte, foram com fornecedores (R\$ 3,2 milhões), adiantamento a fornecedores (R\$ 176,1 mil) e remuneração a empregados (R\$ 65,1 mil).

Atividade de financiamento: compreende, em sua maior parte, as transações de mútuo entre as partes relacionadas de valores concedidos para a CBG de R\$ 662,5 mil em novembro e de R\$ 547,3 mil em dezembro, para cumprimento das suas obrigações mensais; e compra de câmera de segurança em dezembro (R\$ 749,00), alocada no imobilizado da empresa.

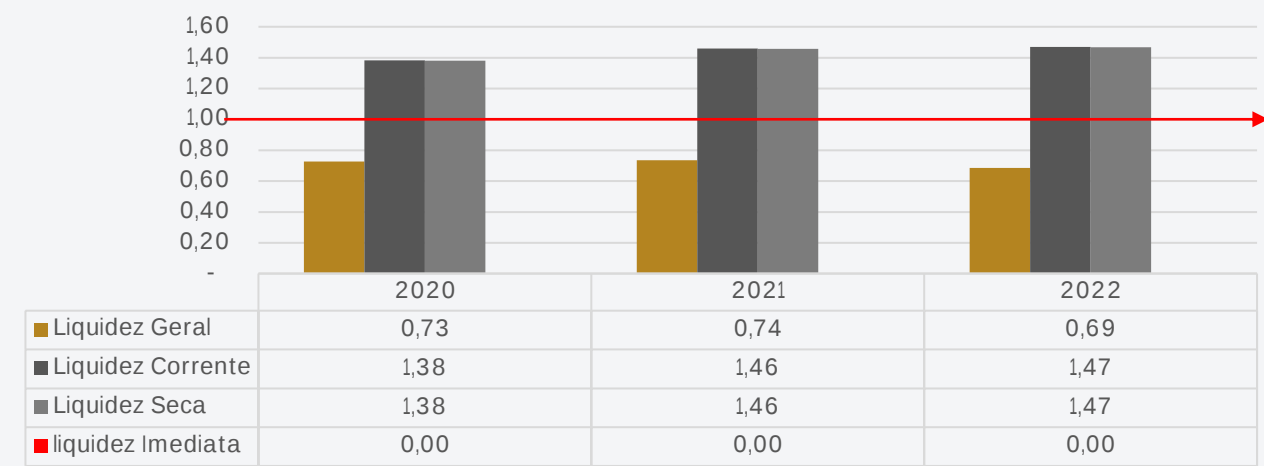
O caixa líquido no final de dezembro, foi de R\$ 710.615,94, que confere com o saldo das disponibilidades no ativo.

Evolução dos valores em caixa R\$



3. ANÁLISE DO DESEMPENHO - CBG

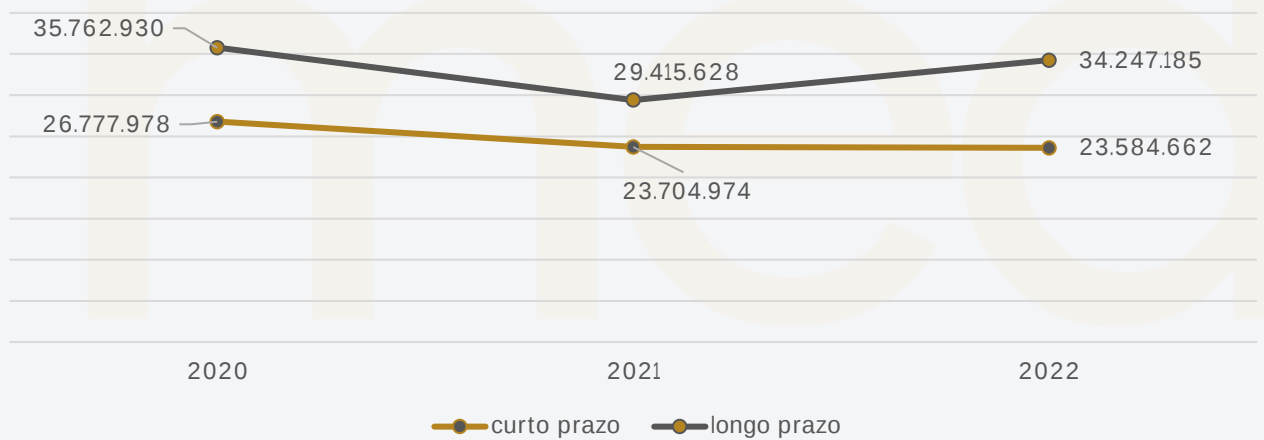
Índices de Liquidez



Os índices de liquidez evidenciam a capacidade de pagamento da empresa frente as suas obrigações, sendo considerado satisfatório resultados superiores a 1.

Os índices de liquidez corrente e seca foram superiores a 1, em todos os períodos analisados. No entanto, a liquidez geral e imediata se mostraram insuficientes, demonstrando que a companhia não tem capacidade de honrar com as dívidas a curto e longo prazo. Além disso, os ativos disponíveis, não são suficientes para liquidar as dívidas do curto prazo.

Evolução do endividamento



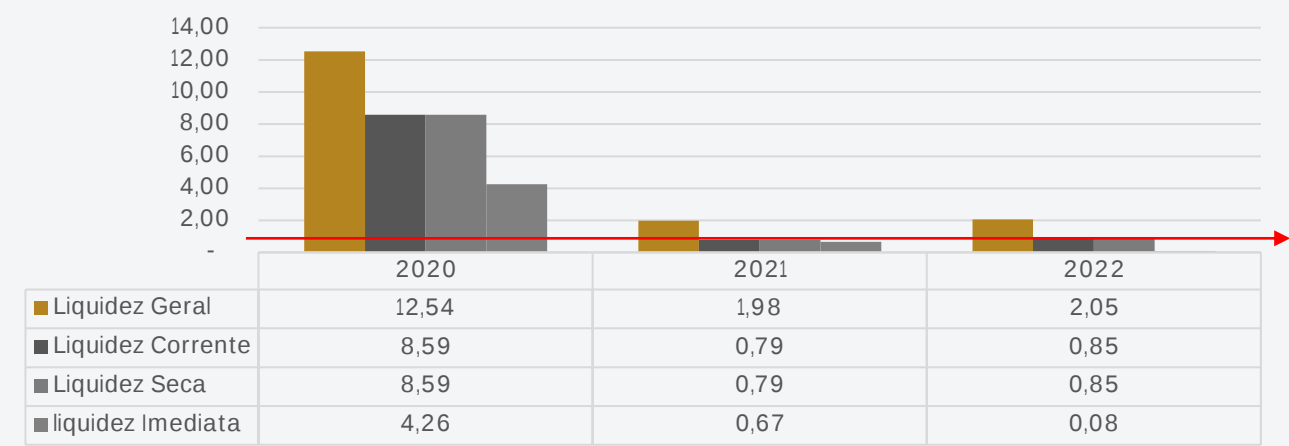
O endividamento com terceiros a curto prazo retraiu 1% em 2022, devido, especialmente, as obrigações sociais e trabalhistas e demais contas a pagar. No longo prazo, houve acréscimo de 16%, motivado pelo aumento de dívidas com partes relacionadas.

Sendo assim, o endividamento total aumentou aproximadamente 9%.



3. ANÁLISE DO DESEMPENHO - BGSE

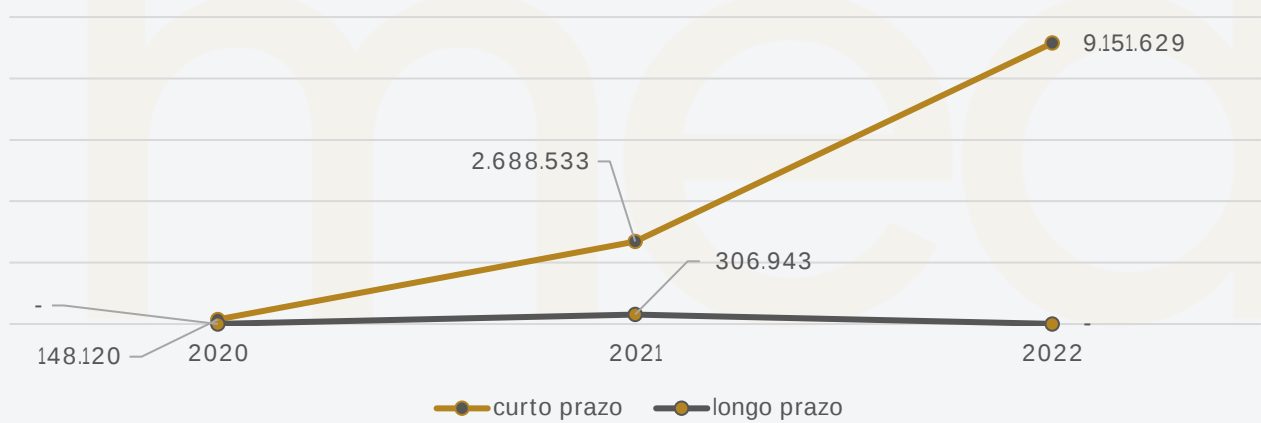
Índices de Liquidez



Os índices de liquidez evidenciam a capacidade de pagamento da empresa frente as suas obrigações, sendo considerado satisfatório resultados superiores a 1.

Em relação aos períodos analisados, os índices apresentaram-se superiores apenas em 2020. A partir de 2021, apenas a liquidez geral foi superior a 1. Sendo assim, em sua maior parte, os índices demonstraram que a empresa não possui capacidade de honrar com as suas obrigações, sem considerar o realizável a longo prazo.

Evolução do endividamento



O endividamento com terceiros a curto prazo aumentou 240% em 2022, quando comparado a 2021, especialmente, pelas dívidas com fornecedores, parcelamento de impostos e obrigações fiscais.

Em 2022, não há endividamento a longo prazo, pois o saldo de parcelamentos foi alocado no passivo circulante. Sendo assim, o endividamento total aumentou 206%.



4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL

Dívida Tributária

A Companhia não apresenta regularidade fiscal, visto que não realiza o pagamento integral dos tributos. A dívida tributária da Construtora Brasília Guaíba, atualizada até dezembro de 2022, é de **R\$ 24.511.979,87**. De acordo com a empresa, no dia 30/04/2022, solicitaram na PGFN a transação individual para o parcelamento dos débitos tributários, previdenciários e FGTS, apresentaram as garantias necessárias e estão aguardando a análise final para contratação do parcelamento. A recuperanda informou que o assunto está parado com a Caixa Econômica Federal. Sendo assim a PGFN não concluiu o laudo. Em dezembro/2022, houve novos parcelamentos junto a Fazenda Estadual, de débitos de IPVA, multas e ICMS em até 180 parcelas, conforme comprovante enviado.

Posição do Passivo Fiscal



O passivo tributário da BGSE, ao final de dezembro/2022, era de **R\$ 3.260.548,44**. Em março/2022, ocorreu parcelamento de tributos. Os débitos negociados foram de PIS, COFINS, CSSL, IRPJ, IRPF e IOF. O valor devido era de R\$ 384,4 mil, que com a incidência de multas e juros, totalizou R\$ 470,9 mil. O montante foi parcelado em 60 vezes, com o primeiro pagamento para 31/03/2022. Houve a adesão de parcelamentos, conforme comprovantes encaminhados da Receita Federal, em 05/09/2022 referente a dívida consolidada de R\$ 17.009,75 em 34 parcelas; em 26/09/2022 no valor total de R\$ 25.832,62 negociados em 51 parcelas; e em 27/09/2022 pertinente a dívida de R\$ 1.763.541,87 parcelado em 60 vezes. Os tributos negociados foram INSS, IR na fonte, IR s/ 1º e 2º trimestre de 2022, PIS e COFINS.

PASSIVO TRIBUTÁRIO dez/22	
IMPOSTO	VALOR EM ABERTO
INSS a recolher	6.937,69
FGTS a recolher	4.111,57
ISSQN a recolher	188.154,37
PIS a recolher	106.072,03
COFINS a recolher	473.733,98
IRRF S/ trab. Assalariado a recolher	21.494,58
IRRF (demais IRRF) a recolher	11.042,09
Parcelamento Simplificado Impostos	2.185.096,95
Parcelamento PGFN	263.905,18
TOTAL	3.260.548,44

Bancos Credores Não Sujeitos à RJ

Segue abaixo última posição repassada pela empresa:

Banco Bradesco: a CBG informou que está negociando 6 lotes da matrícula 2216 em Portão, e depende da individualização para fechamento da operação (aguardando a dispensa da certidão de tributos por parte do juiz para o RI de Portão emitir as novas matrículas).

Banco Fibra: a empresa informou em seus esclarecimentos que, receberam as matrículas 17.779 e 17.784 da individualização, e encaminharam ao banco para avaliação e seguimento na negociação da liquidação do saldo da garantia real.

Banco do Brasil: de acordo com a Recuperanda, os contratos de Finame com garantia de equipamentos foram executados por penhora em contas bancárias, desprezando a alienação dos bens. A empresa ingressou com ação judicial contra a extraconcursalidade dos contratos de Finame, pois o banco dispensou a garantia na ação de cobrança, e aguarda sentença do juiz.

Banco BIC: segundo a Recuperanda, com a rescisão unilateral do contrato do DNIT, que era a garantia do contrato firmado com Banco BIC, os valores deverão ser classificados como quirografários, devendo ser liquidados com a cessão de recebíveis, conforme prevê o Plano da RJ. A empresa apresentou manifestação nesse sentido diretamente à Administração Judicial, ao Banco BIC e também nos autos da recuperação judicial. No entanto, por se tratar de crédito bancário cuja sujeição ao PRJ depende de análise mais aprofundada, esta Administração orientou a Recuperanda a promover o competente pedido de retificação do quadro geral de credores, a fim de viabilizar a correta verificação do caso e possibilitar o contraditório pela instituição bancária. Ainda, nos próprios autos do processo, entendeu ser inviável o atendimento da pretensão da empresa sem eventual desconstituição dos termos do acordo, o que deveria ser discutido por ação própria. O Juízo determinou a intimação da Recuperanda para ciência e providências, não tendo deliberado sobre o mérito do pedido.

Banco Átria: o banco já adjudicou o terreno que estava alienado na confissão de dívida, portanto, está quitado.

CREDOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
VALOR TOTAL		13.989.647,72



5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Proposta de Pagamento

CONDIÇÕES DO PLANO									
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	Nº PARCELAS	PERIODICIDADE	JUROS	CORREÇÃO	RECURSOS UTILIZADOS	FORMA DE RECEBIMENTO
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) mediante compensação de eventuais créditos; ii) recursos de caixa; iii) alienação de UPI.	Integralmente, até nov/18.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) dação em pagamento de lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação da Matrícula 5.862.	Integralmente após dação dos lotes.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	-	-	-	-	(i) dação em pagamento de suas respectivas garantias, respeitados os valores dos seus créditos, com respectiva quitação total do crédito.	Dação de garantia
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	240	Mensal	4% a.a.	TR	i) parcelas mensais; ii) reforços de pagamento com alienação e, conseqüente direcionamento dos recursos para amortização do saldo devedor dos ativos pertencentes a Sociedade de Propósito Específico Camaquã, controlada pela Recuperanda.	Parcelada, em 240 meses
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios dos processos contra a Prefeitura de Porto Alegre.	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
TOTAL									



5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RESUMO DE PAGAMENTO

Prestação de Contas

Abaixo segue resumo dos pagamentos de créditos concursais realizados pela Recuperanda. Registra-se que a prestação de contas detalhada referente ao cumprimento das obrigações do PRJ está em incidente específico, conforme determinações da Lei 11.101/2005, e em nosso site: www.administradorjudicial.adv.br.

CONDIÇÕES DO PLANO				ATUALIZAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2022				OBSERVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	VALOR A PAGAR	PAGO	EM ATRASO	A VENCER	
Art. 83, VIII	-	-	-	1.273.874,06	-	-	1.273.874,06	André Loiferman
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil - líquidos	nov/17	nov/18	6.099.664,35	4.408.442,62	1.713.940,30	-	-
	Créditos de até R\$ 70 mil - ilíquidos	-	-	640.338,45	397.230,38	287.261,18	-	Os pagamentos referem-se aos credores com data incorreta na certidão, mas que foram pagos pela CBG.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	12.027.980,40	4.593.829,14	7.434.151,26	-	A empresa encaminhou os termos de cessão e quitação antecipada de 14 credores trabalhistas, contudo, considerando que o plano de loteamento não foi finalizado, esta Administração Judicial entende pertinente ter como quitados os créditos somente após a cessão definitiva.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	9.118.235,98	-	9.118.235,98	-	Ainda não houve formalização da dação em pagamento das respectivas garantias.
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	542.723,49	423.120,82	152.373,15	-	A Recuperanda realizou a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros. A atualização foi paga, parcialmente, em junho/2022.
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	42.262.034,67	-	2.596.000,00	39.666.034,67	O valor em atraso contempla 55 parcelas em atraso relativo ao credor Banrisul S/A.
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	60.092.487,51	60.092.487,51	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão de créditos oriundos da ação judicial do DNIT e alienação das UPI's,
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	4.295.573,77	4.295.573,77	-	-	conforme prevê o Plano, portanto, os credores notificados foram considerados como pagos. Contudo, aguarda-se o
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	37.159.299,97	37.157.406,23	1.893,74	-	leilão das UPIs nos autos processuais para então serem
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	4.364.585,98	4.364.585,98	-	-	perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	256.767,39	202.092,92	89.269,54	42.214,97	A Recuperanda está realizando a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros, mas irá proceder com os cálculos de encargos e posterior pagamento da diferença. Assim, o valor em atraso contempla 58 parcelas de credores que não foram pagos e a correção monetária de todos os créditos.
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	7.269.107,83	7.269.107,83	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão fiduciária de direitos creditórios a todos os credores, de acordo com comprovações enviadas à Administradora Judicial. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
TOTAL				185.402.673,85	123.203.877,20	21.393.125,15	40.982.123,70	





ANEXOS



I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CBG DE DEZEMBRO/2022

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BGSE DE NOVEMBRO E
DEZEMBRO/2022



medeiros²
administração judicial



 **0800 150 1111**

 **+55 51 99871-1170**

PORTO ALEGRE

Av. Dr. Nilo Peçanha, 2900 - 701
RS - CEP 91330-001

NOVO HAMBURGO

R. Júlio de Castilhos, 679, Salas 111 e 112,
RS - CEP 93.510-130

CAXIAS DO SUL

Av. Itália, 482/501, Ed. Doménica Verdi
RS - CEP 95010-040

BLUMENAU

Rua Dr. Artur Balsini, 107, BBC Blumenau
Bairro Velha - CEP: 89036-240

RIO DE JANEIRO

Rua da Quitanda, 86 - 2º andar, Ed.
Galeria Sul América Seguros
Bairro Centro - CEP: 20091-005

SÃO PAULO

Av. Brig. Faria Lima, 422L 1º andar
Bairro Itaim Bibi - CEP: 04538-133

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE DEZEMBRO



ATIVO

CIRCULANTE

	12-2022	12/2021
Disponível	4.008,44	1.805.659,56
Aplicações Financeiras	706.607,50	
Contas a Receber	5.536.730,06	-
Serviços a Faturar	-	-
Adiantamento a Terceiros	1.012.917,30	252.532,50
Demais Valores a Receber	489.844,16	71.607,27
Total do ativo circulante	7.750.107,46	2.129.799,33

NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo

Deposito Judiciais		268,00
Partes Relacionadas	11.050.198,66	3.799.030,07
Invetimentos	300.000,00	304.500,00
Imobilizado	9.194.222,80	12.305.567,53
Total do ativo não circulante	20.544.421,46	16.409.365,60
TOTAL DO ATIVO	28.294.528,92	18.539.164,93

Ur

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE DEZEMBRO



PASSIVO

CIRCULANTE

	12-2022	12/2021
Fornecedores	5.054.884,86	222.701,28
Obrigações Sociais e Trabalhistas	135.869,29	118.944,41
Obrigações Fiscais	800.497,05	285.393,04
Provisões p/ Imp Renda e Contr Social	487.763,51	33.483,65
Parcelamento de Tributos	2.449.002,13	84.696,14
Demais Contas a Pagar	607.962,74	611.512,75
Sociedade em Conta de Participação	(384.350,15)	1.336.301,34
Total do Passivo circulante	9.151.629,43	2.693.032,61

PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO

Partes Relacionadas		51.602,51
Parcelamento de Tributos	0,00	255.340,81
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	0,00	306.943,32

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Realizado	15.010.000,00	15.010.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	529.189,00	432.560,99
Lucro do Exercício	3.603.710,49	96.628,01
Total do patrimônio líquido	19.142.899,49	15.539.189,00

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.294.528,92	18.539.164,93
----------------------	----------------------

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE DEZEMBRO



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	12-2022	12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	22.435.486,88	8.676.282,93
Tributos e deduções de vendas	(1.917.870,05)	(671.335,02)
Receita operacional líquida	20.517.616,83	8.004.947,91
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(12.907.391,25)	(6.873.062,11)
LUCRO BRUTO	7.610.225,58	1.131.885,80
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(2.802.243,17)	(891.626,02)
Outras receitas (despesas) operacionais	12.139,39	(1,78)
Despesas Tributárias	(10.263,08)	(4.268,53)
Receitas financeiras	294,87	22.203,49
Despesas financeiras	(529.423,79)	(128.081,30)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	4.280.729,80	130.111,66
Imposto de Renda e Contrib. Social	(677.019,31)	(33.483,65)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.603.710,49	96.628,01


BGSE Construções Ltda
Andre Loiferman
CPF 354.259.200,59


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE NOVEMBRO



ATIVO

CIRCULANTE

	11-2022	12/2021
Disponível	5.693,30	1.805.659,56
Aplicações Financeiras	1.108.886,22	
Contas a Receber	6.000,00	-
Serviços a Faturar	3.868.179,31	-
Adiantamento a Terceiros	856.668,07	252.532,50
Demais Valores a Receber	533.879,26	71.607,27
Total do ativo circulante	6.379.306,16	2.129.799,33

NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo

Deposito Judiciais		268,00
Partes Relacionadas	10.505.439,75	3.799.030,07
Invetimentos	300.000,00	304.500,00
Imobilizado	9.459.566,18	12.305.567,53
Total do ativo não circulante	20.265.005,93	16.409.365,60
TOTAL DO ATIVO	26.644.312,09	18.539.164,93

Handwritten signature

Handwritten signature

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE NOVEMBRO



PASSIVO

CIRCULANTE

	11-2022	12/2021
Fornecedores	3.419.476,40	222.701,28
Obrigações Sociais e Trabalhistas	198.279,07	118.944,41
Obrigações Fiscais	603.823,54	285.393,04
Provisões p/ Imp Renda e Contr Social	115.687,11	33.483,65
Parcelamento de Tributos	2.241.902,16	84.696,14
Demais Contas a Pagar	620.962,74	611.512,75
Sociedade em Conta de Participação	34.639,83	1.336.301,34
Total do Passivo circulante	7.234.770,85	2.693.032,61

PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO

Partes Relacionadas		51.602,51
Parcelamento de Tributos	255.340,81	255.340,81
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	255.340,81	306.943,32

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Realizado	15.010.000,00	15.010.000,00
Lucros ou Prejuizos Acumulados	529.189,00	432.560,99
Lucro do Exercício	3.615.011,43	96.628,01
Total do patrimônio líquido	19.154.200,43	15.539.189,00

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.644.312,09	18.539.164,93
----------------------	----------------------

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	11-2022	12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	16.750.829,00	8.676.282,93
Tributos e deduções de vendas	(1.581.381,20)	(671.335,02)
Receita operacional líquida	15.169.447,80	8.004.947,91
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(8.185.604,72)	(6.873.062,11)
LUCRO BRUTO	6.983.843,08	1.131.885,80
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(2.556.454,43)	(891.626,02)
Outras receitas (despesas) operacionais	53,90	(1,78)
Despesas Tributárias	(9.093,07)	(4.268,53)
Receitas financeiras	294,82	22.203,49
Despesas financeiras	(521.618,94)	(128.081,30)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	3.897.025,36	130.111,66
Imposto de Renda e Contrib. Social	(282.013,93)	(33.483,65)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.615.011,43	96.628,01


BGSE Construções Ltda
Andre Loiferman
CPF 354.259.200,59


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716

CONSTRUTORA BRASILIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DEZEMBRO 2022
ATIVO

	12-2022	12-2021
CIRCULANTE		
Disponível	1.140,79	3.802,40
Aplicações financeiras	-	1.374,72
Contas a receber	18.681.422,08	18.551.422,08
Serviços a faturar	11.865.891,30	11.865.891,30
Estoques	36.285,68	40.816,78
Adiantamentos a Terceiros	3.134.873,20	3.201.654,63
Outros Crédidos a Receber	945.692,89	945.692,89
Total do ativo circulante	34.665.305,94	34.610.654,80
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.480.311,84	2.506.214,76
Partes relacionadas	2.517.095,28	1.990.213,57
Investimentos	19.142.899,49	15.538.858,60
Imobilizado	3.087.759,44	8.258.068,50
Total do ativo não circulante	27.228.066,05	28.293.355,43
TOTAL DO ATIVO	61.893.371,99	62.904.010,23

Handwritten signature

Handwritten signature

CONSTRUTORA BRASILIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DEZEMBRO 2022
PASSIVO

	12-2022	12-2021
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	3.310.890,46	3.310.890,46
Fornecedores	5.240.667,93	5.202.154,63
Obrigações sociais e trabalhistas	6.185.057,45	6.443.476,50
Provisões Trabalhistas	17.078,67	-
Obrigações fiscais	2.949.925,82	2.924.630,36
Parcelamentos Simplificado	916.435,24	905.135,81
Parcelamentos Pert	2.523.968,79	2.523.968,79
Parcelamentos Estaduais	434.276,48	
Parcelamentos Municipais	61.048,90	97.844,12
Parcelamentos PGFN	28.155,62	
Demais contas a pagar	1.917.157,04	2.296.873,38
Total do passivo circulante	23.584.662,40	23.704.974,05
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	2.555.000,59	2.555.000,59
Fornecedores	132.039,73	132.039,73
Obrigações sociais e trabalhistas	561.367,06	518.801,64
Obrigações fiscais	3.269.141,39	3.313.810,49
Parcelamento Impostos PERT	7.746.010,81	7.528.192,94
Parcelamentos Simplificado	838.418,99	838.418,99
Partes relacionadas	19.145.206,65	14.529.364,04
Total do passivo não circulante	34.247.185,22	29.415.628,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720,47	1.852.720,47
Prejuízos acumulados	(36.898.662,71)	(36.782.606,95)
Resultado do Exercício em Curso	(5.721.883,39)	(116.055,76)
Total do patrimônio líquido	4.061.524,37	9.783.407,76
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.893.371,99	62.904.010,23





CONSTRUTORA BRASILIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DEZEMBRO 2022
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	12-2022	12-2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.805.132,56	2.761.922,76
Tributos e deduções de vendas	(118.380,13)	(205.625,07)
Receita operacional líquida	1.686.752,43	2.556.297,69
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(2.218.950,88)	(5.520.805,45)
LUCRO BRUTO	(532.198,45)	(2.964.507,76)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(7.640.252,95)	(2.502.895,48)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.639.479,56	(1.677.966,61)
Despesas Tributárias	(106.035,33)	(99.916,47)
RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO	(4.639.007,17)	(7.245.286,32)
Receitas financeiras	3.439,02	8.214.444,03
Despesas financeiras	(1.086.315,24)	(1.085.213,47)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	(5.721.883,39)	(116.055,76)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(5.721.883,39)	(116.055,76)


Construtora Brasília Guaíba Ltda
Em Recuperação Judicial
André Loiferman CPF 354.259.200,59
Diretor Presidente


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716